

A Revista Universo Contábil, agora com publicação eletrônica trimestral, sob a responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis (PPGCC) da Universidade Regional de Blumenau (FURB), apresenta o número 2 do volume 4, ano 2008. Buscando disseminar e fomentar o conhecimento na área de Contabilidade, esta edição segue a estrutura do primeiro número de 2008, compondo-se de: *seção nacional*, com cinco artigos de autores de instituições nacionais; *seção internacional*, com quatro artigos de autores de instituições internacionais.

Na *seção nacional*, o primeiro artigo, intitulado “Análise dos fatores que favorecem a institucionalização da *Value Based Management (VBM)* à luz dos argumentos de teóricos da vertente *New Institutional Sociology (NIS)*”, identifica as contribuições da Teoria Institucional para explicar a institucionalização da VBM com foco na NIS. O ensaio, a partir de reflexos da análise crítica que comparou os acontecimentos com as teorias da NIS, concluiu que a institucionalização da VBM se sustentou fortemente no pilar cognitivo-cultural, com utilização do mecanismo mimético. Outro fator causal relevante apontado no artigo foi a necessidade de os administradores legitimarem suas ações perante os acionistas, o que se materializou pela adoção da VBM. Reconhece ainda no estudo o papel institucionalizador das empresas de consultoria e da mídia especializada.

O segundo artigo, “Conservadorismo nos resultados contábeis publicados no Brasil: comparação entre companhias de capital fechado e companhias de capital aberto”, discute a prática do conservadorismo na apuração do lucro em companhias de capital fechado e de capital aberto brasileiras. A pesquisa buscou evidências por meio dos conceitos de registro tempestivo assimétrico de perdas econômicas e de conservadorismo condicional utilizando banco de dados da SERASA, com informações referentes a 2.833 empresas no período de 1995 a 2004, e regressões desenvolvidas por Basu (1997) e Ball e Shivakumar (2005). Os resultados suportaram a hipótese de reduzido diferencial no nível de conservadorismo adotado pelos grupos de empresas estudados.

O terceiro artigo, “Impostos diferidos na atividade pecuária originados da avaliação dos ativos biológicos pelo valor justo: um estudo de seu reconhecimento e evidenciação nas maiores propriedades rurais do Estado de Mato Grosso”, analisa os efeitos da utilização dos critérios estabelecidos para o reconhecimento e mensuração dos ativos biológicos em relação aos impostos diferidos e verifica o tratamento dispensado a estes ativos e passivos pelas empresas que exploram a atividade rural de pecuária. A pesquisa realizada em 21 empresas mostra que 33,3% delas apresentam os impostos diferidos em seu balanço patrimonial conforme determina a IAS 12 e que a mensuração e reconhecimento dos ativos biológicos pelo valor justo impactam o valor dos passivos por impostos diferidos.

O quarto artigo, “Risco de crédito, capital de giro e solvência empresarial: um estudo na indústria brasileira de transformação de cobre”, investiga fatores comuns que geraram a concordata de três empresas da indústria brasileira de fios e cabos de cobre no ano de 2002. Análises das estruturas de financiamento e aplicações de recursos das empresas, bem como seus desempenhos operacionais nos cinco anos precedentes ao pedido de concordata revelaram alto endividamento, liquidez e índices de atividade inconstantes, baixa rentabilidade e ausência de capital suficiente para manter a atividade operacional. Os determinantes dos pedidos de concordata encontrados em comum foram: estrutura de capitais alavancada, ausência de rentabilidade e má administração do capital de giro.

O quinto artigo, “O balanço social como ferramenta de transparência para o setor público municipal”, apresenta uma proposta de balanço social para o setor público municipal, desenvolvida com base no modelo do IBASE e adaptado às peculiaridades pertinentes ao orçamento e à contabilidade do setor público. O modelo se propõe a proporcionar o conhecimento da efetividade das ações executadas para a sociedade, respeitando, por meio da transparência e da *accountability*, os princípios da administração pública.

Na *seção internacional*, o primeiro artigo, intitulado “*A transparência da informação por parte dos emitentes*”, com base em revisão de literatura, discorre sobre a relevância da transparência da informação financeira por parte dos emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercados regulamentados que se situem nos Estados membros da União Européia. Destaca que a Diretiva 2004/109/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de dezembro de 2004, reflete a preocupação dos Estados membros em harmonizar os requisitos e critérios de transparência e, particularmente, a Diretiva 2003/34/CE que aborda sobre os Prospectos dos emitentes de valores mobiliários. Salienta ainda que a questão da transparência foi também impulsionada pela promulgação da Sarbanes-Oxley Act.

O segundo artigo internacional, “*Auditoría interna medioambiental basada en la gestión del riesgo corporativo: un caso de estudio*”, fundamentado em referencial teórico aborda a importância da auditoria interna de meio-ambiente para garantir, com razoável segurança, que com seus sistemas de gestão a política ambiental seja eficaz e eficiente na proteção e melhoria do meio-ambiente. E, por meio de um estudo de caso, analisa os pontos fortes e fracos de um modelo recentemente aplicado na auditoria interna do meio-ambiente, o *Enterprise Risk Management (ERM) - integrated framework*.

O terceiro artigo internacional, “*The corporate social responsibility and the valorisation of intangible assets*”, destaca a importância da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) desempenhada pelas empresas em suas tentativas de atingir o objetivo da *Lisbon Summit*, “uma economia baseada em conhecimento, a mais competitiva e mais dinâmica no mundo”. Ressalta que a RSE usa uma *triple bottom line* na avaliação do desempenho da empresa: econômica, ambiental e social. Adverte que, para desenvolver a capacidade da empresa de criar valor econômico futuro, um passo deve consistir na expansão do processo de informação financeira para incorporar os ativos intangíveis e o conhecimento na avaliação de uma empresa.

O quarto artigo internacional, “*A implementação do plano oficial de contabilidade pública nos serviços autónomos da administração central: estudo e análise*”, levanta a situação da Contabilidade Pública em Portugal nos Serviços Autônomos no sentido de identificar o trabalho já realizado e o que ainda falta para melhorar a prática contábil neste setor. Destaca o Plano Oficial de Contabilidade Pública (POCP), aprovado através do Decreto-Lei n.º 232/97, de 3 de setembro de 1997, como o corolário da Reforma da Administração Financeira do Estado, que teve como principal objetivo criar condições para a integração de uma contabilidade orçamentária, patrimonial e analítica numa contabilidade moderna, que dê resposta às novas exigências contábeis no âmbito da contabilidade pública.

Até o próximo número da Revista Universo Contábil e boa leitura a todos.

Prof. Dra. Ilse Maria Beuren  
Editora